

Nesta negociação, é possível conseguir uma redução da dívida.

Se os representantes do próximo governo souberem manusear com competência as hipóteses para um reescalonamento mais favorável, é possível que o Brasil consiga uma redução em sua dívida externa superior aos 16% obtidos pelo México, através do Plano Brady. O raciocínio consta de um relatório divulgado recentemente em Nova York pela **Moody's Investors Service**, empresa especializada na análise de entidades com títulos no mercado. De acordo com o documento, o Brasil tem condições de endurecer com os credores, aproveitando o clima pré-eleitoral. Depois, deve evoluir para uma posição onde o presidente eleito só aceitará um acordo com os bancos que "seja viável permanentemente".

Os analistas norte-americanos iniciam o documento dizendo que o Brasil aprendeu, por experiência, que "a melhor maneira de extrair concessões dos bancos é através dos atrasos de pagamentos". Foi lembrado que "no passado o país tentou, por meio de negociações, obter alívio da dívida equivalente ao desconto do mercado secundário" (deságio). No momento, segundo o relatório, "o Brasil está no meio de uma crise política e, consciente de seu próprio poder de barganha, pode tentar impor os termos aos ban-

cos". Os dois responsáveis pelo documento, Christopher Mahoney, vice-presidente da **Moody's**, e Guilherme Estebañez, analista de risco, observam que "o Plano Brady começou um processo irreversível de perdão da dívida". E mais: "Nós estamos assistindo a um processo pelo qual o peso da dívida está sendo reduzido a um nível aceitável para os devedores e para o governo dos Estados Unidos".

Para os analistas, existem três premissas que sustentam a posição de Washington favorável à redução da dívida: os bancos estão em condições agora de aceitar o baque; o Plano Baker não funcionou; e os países devedores não podem crescer sem a redução da dívida. O relatório prevê, porém, a possibilidade de o Plano Brady ser superado pelos acontecimentos, pois, tomando o acordo do México como exemplo, conclui que a redução da dívida mexicana de US\$ 100 bilhões chegará ao máximo de 16%.

O balanço de dois exercícios de 14 entre os maiores bancos norte-americanos, encerrado em junho passado, mostra que o governo dos Estados Unidos está certo ao afirmar que eles estão menos vulneráveis. Uma das primeiras indicações nesse sentido é a de que os bancos norte-americanos

promoveram um enxugamento da carteira de títulos da dívida do Terceiro Mundo, pela venda de parte dos títulos, conforme constatou o banco de investimentos **Salomon Brothers**, num relatório analítico. O volume total de títulos em carteira desses bancos, descontadas as provisões para perdas, caiu 18,2%, passando de US\$ 51,915 bilhões para US\$ 42,472 bilhões. Na média, os grandes bancos já não correm mais o risco de falir, caso os países devedores do Terceiro Mundo deixem de pagar a dívida.

A vulnerabilidade dos bancos norte-americanos fica mais à vista, no entanto, quando são examinadas as provisões para perdas, em caso de empréstimos não pagos. Em junho, os 14 maiores tinham registrado um total de US\$ 58,964 bilhões de empréstimos, para os quais contabilizaram reservas de US\$ 13,932 bilhões, o que corresponde a 23,6% do total, em média. Considerando-se que o valor de negociação desses empréstimos no mercado secundário de títulos tem chegado a 50%, fica claro que por aí as provisões para perdas ainda são insuficientes. Para não correrem o mesmo risco, os banqueiros europeus elevaram as provisões, no primeiro semestre deste ano, para um nível bem próximo de 50%.